

1. Contexto Operacional do 3º trimestre de 2025

Movimentação Total de Cargas:

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, os portos de Paranaguá e Antonina atingiram 55.346.079 toneladas, o que representa um crescimento de 6,2 % em relação ao mesmo período de 2024 (52.133.211 toneladas). O desempenho reforça a tendência positiva observada desde o primeiro semestre e consolida o melhor resultado da série histórica para o período.

Exportações:

As exportações somaram 34.945.764 toneladas, um aumento de 7,1 % em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. O destaque ficou por conta do milho, que registrou o maior crescimento percentual, com 2.935.569 toneladas embarcadas, avanço de 284 % frente a 2024.

O farelo de soja também apresentou crescimento de 13 %, alcançando 5.085.054 toneladas, enquanto o frango congelado respondeu por 44 % das exportações nacionais, totalizando 1,5 milhão de toneladas e US\$ 2,7 bilhões FOB.

Outras commodities relevantes foram os óleos vegetais, com alta de 49 % no acumulado, e a celulose, com avanço de 28 % nas exportações.

Importações:

As importações totalizaram 20.400.315 toneladas, aumento de 4,6 % sobre 2024. Os fertilizantes seguem liderando, com 8.617.002 toneladas (+10 %) e participação de 25,5 % do volume nacional, avaliadas em cerca de US\$ 3 bilhões FOB.

O trigo teve crescimento de 132 % em setembro, reflexo da menor produção interna, enquanto os derivados de petróleo cresceram 46 % no mês, sustentando leve alta de 3 % no acumulado dos grãos líquidos.

Contêineres:

A movimentação total de contêineres chegou a 1.227.810 TEUs no acumulado do ano, com aumento de 5 % em relação a 2024. Em setembro, foram movimentados 145.515 TEUs, também recorde mensal.

Destques de Commodities

Milho: crescimento de 356 % em setembro e 284 % no acumulado, com exportações de US\$ 582 milhões FOB; principais destinos: países do Oriente Médio.

Farelo de Soja: 5,1 milhões de toneladas exportadas (+13 %), equivalentes a US\$ 1,6 bilhão FOB, destinadas principalmente a Países Baixos, França, Espanha, Coreia do Sul e Alemanha.

Frango Congelado: 1,5 milhão de toneladas (+8 %), com destaque para África do Sul, México e Emirados Árabes.

Óleos Vegetais: crescimento de 45 % no mês e 49 % no acumulado.

Celulose: aumento de 72 % no mês e 28 % no acumulado.

1.1 Investimentos e Arrendamentos

No primeiro trimestre de 2025, a Portos do Paraná obteve aprovação e autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) para publicar os editais de três áreas destinadas ao arrendamento de granéis vegetais.

Os contratos, com prazo inicial de 35 anos, prorrogáveis por igual período, preveem investimentos e aportes estimados em R\$ 3,5 bilhões ao longo de sua vigência, consolidando a Portos do Paraná como a primeira autoridade portuária do Brasil a alcançar 100 % de suas áreas regularizadas.

As sessões públicas de leilão foram realizadas em 30 de abril de 2025, na B3 – Bolsa de Valores de São Paulo, com ampla participação do setor. Dezesesseis proponentes disputaram as três áreas, resultando em outorgas fixas iniciais que totalizaram R\$ 855 milhões a favor da autoridade portuária.

Esse resultado reforçou o modelo de gestão pública eficiente e transparente, com significativa atração de capital privado e projeção de incremento das receitas públicas ao longo das próximas décadas.

Reflexos Contábeis e Financeiros

Em agosto de 2025, a Portos do Paraná registrou o recebimento das outorgas fixas iniciais relativas aos contratos firmados com as empresas BTG Sertrading (PAR 14), Cargill (PAR 15) e Amaggi & LDC (PAR 25), no valor total de R\$ 213.750 mil.

Os valores recebidos foram contabilizados como passivo contratual (receita diferida), em conformidade com os princípios do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A apropriação da receita será iniciada em janeiro de 2026, coincidindo com a transferência efetiva das áreas e o início da operação pelas novas arrendatárias, sendo reconhecida de forma linear ao longo do prazo contratual de 35 anos, prorrogáveis por igual período.

Até 31 de dezembro de 2025, os valores permanecem registrados integralmente no passivo, classificados entre circulante e não circulante, sem impacto no resultado do exercício. Ver Nota Explicativa nº 18

Além das outorgas fixas, as empresas vencedoras deverão realizar investimentos estimados em R\$ 1.119.600 mil, destinados à modernização da infraestrutura portuária, à ampliação da capacidade de armazenagem e à construção da primeira fase de um novo píer em “T” na faixa leste do porto, voltado ao incremento da eficiência logística e ao aumento da capacidade de embarque do Corredor de Exportação.

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos aportes contratualmente previstos:

Arrendatária**Aporte (em milhares de reais)**

PAR 14 – BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.	477.000
PAR 15 – Cargill Brasil Participações Ltda.	311.000
PAR 25 – Amaggi & LDC Terminais Portuários Paranaguá S.A	331.600
	<u>1.119.600</u>

Esses empreendimentos integram o programa de expansão e modernização do Porto de Paranaguá e representam marcos relevantes no processo de consolidação da Portos do Paraná como autoridade portuária com 100 % de suas áreas arrendadas e regularizadas.

2. Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R\$/1000), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o Real (R\$).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são objeto de revisão sistemática anual, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, e continuamente monitoradas em consonância com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de forma a refletir eventuais alterações relevantes nas premissas ou condições.”

Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 13 de novembro de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 30 de setembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados

ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 30 de setembro de 2025, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

Durante o exercício, foi publicada a Resolução nº 127, de 8 de abril de 2025, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que dispõe sobre as modalidades de contratação e utilização de áreas portuárias nos portos organizados. A norma estabelece, entre outros aspectos:

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Novas modalidades contratuais, incluindo contratos de transição e contratos de uso de espelho d'água;
Regimes de uso público eventual e uso público continuado;

Obrigatoriedade de divulgação das áreas e instalações portuárias disponíveis e ocupadas.

A Portos do Paraná tem implementado medidas para se adequar a estas novas regras. Contudo, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos significativos que impactem as políticas ou os saldos das demonstrações financeiras.

A Portos do Paraná continuará monitorando a implementação da Resolução nº 127/2025 e divulgará eventuais impactos relevantes nas próximas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	135.761	68.365
Bancos conta vinculada (i)	1.102	1.022
Aplicações financeiras (ii)	747.422	510.465
Bloqueios judiciais (iii)	(71.809)	(65.005)
	812.476	514.847

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	30/09/2025	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	18	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	431	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	276	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	20	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	40	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	113	001	0259-3	71.254-X
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	25	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	159	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		1.102			

- (ii) As aplicações financeiras aqui indicadas estão distribuídas em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30/09/2025

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***5. Contas a receber**

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 26.153 (R\$ 19.065 em 31 de dezembro de 2024). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
A vencer	24.714	17.434
Vencidos até 30 dias	1.372	1.583
Vencidos de 30 a 180 dias	1	44
Vencidos a mais de 180 dias (i)	66	4
	26.153	19.065

	30/09/2025	31/12/2024
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.709	21.708
Provisão para perda	(21.709)	(21.708)
	-	-

- (i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1º Grau.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30/09/2025

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***6. Tributos a recuperar**

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	14.360	17.232
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	15.640	18.512
Circulante	13.698	9.912
Não circulante	1.942	8.600

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 26.864 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.371.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	30/09/2025	31/12/2024
Décimo terceiro salário	2.240	-
Adiantamento de Salários	3	
Férias	(47)	1.431
Outros adiantamentos	1.512	15
Total	3.708	1.446

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas (i)	46.001	3.898
Tributos (ii)	277.990	277.990
Cíveis	140.519	106.330
Outros (iii)	71.809	65.005
Total	536.319	453.223

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar

autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em setembro do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

- (iii) O valor de R\$ 71.809 em 30 de setembro de 2025 e R\$ 65.005 para 31 de dezembro de 2024 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	3.672	3.324
Cíveis	68.137	61.681
	71.809	65.005

10. Outros créditos

	30/09/2025	31/12/2024
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR (i)	116	117
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (ii)	18.264	31.309
	19.697	32.743
Circulante	18.264	31.309
Não circulante	1.434	1.434

- (i) O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.
- (ii) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu pela transmissão dos bens públicos, após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área do Contrato de Arrendamento nº025/93. Foi estabelecido o acordo por meio do Instrumento de Confissão de Dívida assinado em 9 de junho do corrente ano, onde se estabeleceu que a devedora faria o pagamento do montante de 31.309.113,51 atualizados na data do acordo para 32.085.300,74 em 12 parcelas mensais, atualizadas pelo índice inflacionário IGP-M da FGV, sendo a primeira parcela quitada em até sete dias na data da assinatura do Instrumento.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

11. Imobilizado e intangível

 a) Imobilizado

	31/12/2024	Aquisições	Depreciação	30/09/2025
Bens em operação				
Outros - infraestrutura marítima	57.693	765	(164)	58.294
Outros - infraestrutura acostagem	166.602	2.385	(9.116)	159.871
Outros - infraestrutura terrestre	12.928	2.393	(1.262)	14.059
Outros - armazenagem	11.117	-	(1.720)	9.397
Outros equipamentos	117.476	39	(16.954)	100.561
Bens da administração				
Terrenos	98.381	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	11.821	-	(673)	11.148
Instalações	8.235	-	(1.887)	6.348
Equipamentos e informática e tecnologia	3.790	617	(1.207)	3.200
Móveis e utensílios	1.563	106	(268)	1.401
Imobilizado em andamento (i)	113.309	346.136	-	459.445
Total do imobilizado	602.915	352.441	(33.251)	922.105

(i) Imobilizado em andamento- Sistema de descarga de graneis pelo modal ferroviário – Moegão

A Companhia encontra-se em fase de execução da obra denominada Moegão, infraestrutura destinada à recepção, descarga e expedição de granéis sólidos, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional do porto, reduzir gargalos logísticos e aumentar a eficiência do escoamento da produção.

O valor total estimado do empreendimento é de R\$ 626.096 mil, sendo que até 30 de setembro de 2025 já foram realizados investimentos no montante de R\$ 459.445 mil, contabilizados no ativo imobilizado em andamento.

O prazo contratual de execução da obra é de 20 meses, com conclusão prevista para dezembro de 2025.

Os principais benefícios esperados com a entrada em operação do Moegão incluem:

Aumento da capacidade de descarga simultânea de vagões; Redução do tempo médio de espera e operação na ferrovia e no porto; Maior eficiência logística, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais; Contribuição para a sustentabilidade das operações, com menor emissão de poluentes decorrente da otimização logística.

A Administração acompanha a evolução da obra e reafirma que os valores já incorridos e os investimentos futuros estão devidamente registrados nas demonstrações financeiras como imobilizado em andamento, a serem reclassificados para imobilizado operacional quando concluída e disponível para uso.

 b) Intangível

	31/12/2024	Amortização	30/09/2025
Intangível	1.988	(400)	1.588
Total do intangível	1.988	(400)	1.588

12. Obrigações trabalhistas

	30/09/2025	31/12/2024
Ordenados a pagar	2.845	2.709
Provisão para Férias	10.676	11.073
Provisão para 13º Salário	4.548	-
Consignações folha	270	274
Pensões a pagar	93	86
Provisões trabalhistas (i)	98	2.298
Total	18.530	16.440

Elaborado conforme CPC 26 (R1) e demais pronunciamentos contábeis aplicáveis, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas IFRS.

- (i) Os valores relativos aos benefícios pós-emprego devidos ao pessoal que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) implantado em 2022. Esses colaboradores foram desligados durante os exercícios de 2023 e 2024, e os benefícios pactuados no âmbito do PDV atendem à definição de benefícios pós-emprego conforme previsto no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Os valores reconhecidos referem-se às obrigações assumidas com esses ex-empregados, incluindo pagamentos parcelados acordados no momento da rescisão contratual.

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/09/2025	31/12/2024
Encargos da Folha	3.430	4.607
Contribuição Previdenciária - INSS	1.510	1.503
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	432	640
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.488	2.464
Contribuições sobre o Faturamento	254.248	253.645
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	209.264	208.769
Programa de Integração Social - PIS	44.984	44.876
Impostos e Contribuições sobre Resultados	13.711	10.115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	13.711	10.115
Encargos Retidos de Fornecedores	2.572	4.408
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.307	1.489
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	421	271
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	442	500
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	402	2.148
	273.961	272.775
Circulante	21.869	20.683
Não circulante	252.092	252.092

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 30 de setembro de 2025 o valor desta conta é de R\$ 14.830 e de R\$ 14.615 em 31 de dezembro de 2024.

15. Empréstimos e financiamentos

O financiamento junto ao BNDES teve início em fevereiro de 2024 e se estenderá até fevereiro de 2047, totalizando 276 meses de prazo. O contrato prevê carência de 30 meses, com as amortizações iniciando em setembro de 2026. O custo do empréstimo foi fixado em 7,06% ao ano, já incluindo a TLP (Taxa de Longo Prazo) e o spread bancário, com correção pelo IPCA. Os juros e correções monetárias são pagos mensalmente desde a data das captações. Como garantia, foi apresentada uma fiança bancária no valor total de R\$ 247,77 milhões, contratada junto ao Banco Daycoval em setembro de 2024, com custo de 1,98% ao ano. Outra fiança bancária, no valor restante de R\$ 247,77 está em fase de contratação.

As liberações dos recursos são realizadas conforme o andamento da execução física e financeira da obra do Moegão. Nesse contexto, em janeiro de 2025 foi efetivada a primeira liberação no montante de R\$ 110 milhões e, em julho de 2025, a segunda liberação de R\$ 137,77 milhões, totalizando R\$ 247,77 milhões captados até o momento. Ver N.E.26

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

	Taxa	30/09/2025	31/12/2024
BNDÉS	IPCA + 7,0622% a.a.	247.775	-
		<u>247.775</u>	<u>-</u>

A movimentação dos empréstimos no período está abaixo demonstrada:

	30/09/2025
Saldo inicial	110.000
Captação de empréstimos	137.775
(-) Pagamento do principal	-
(-) Pagamento de juros	(6.378)
Apropriação de juros	6.378
Saldo final	<u>247.775</u>

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos está abaixo demonstrado:

Ano	30/09/2025	Ano	30/09/2025
2026	4.028.861,80	2037	12.086.585,40
2027	12.086.585,40	2038	12.086.585,40
2028	12.086.585,40	2039	12.086.585,40
2029	12.086.585,40	2040	12.086.585,40
2030	12.086.585,40	2041	12.086.585,40
2031	12.086.585,40	2042	12.086.585,40
2032	12.086.585,40	2043	12.086.585,40
2033	12.086.585,40	2044	12.086.585,40
2034	12.086.585,40	2045	12.086.585,40
2035	12.086.585,40	2046	12.086.585,40
2036	12.086.585,40	2047	2.014.430,20
			<u>247.775.000,00</u>

16. Dívida Líquida

A Dívida Líquida representa o montante dos empréstimos e financiamentos obtidos pela APPA, deduzido dos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, evidenciando a real posição de endividamento ou disponibilidade financeira da entidade em determinada data.

a) Critério de apuração

O indicador de dívida líquida é calculado conforme a fórmula; Dívida Líquida = Dívida Bruta – disponibilidades.

- Dívida Bruta compreende os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo;
- Disponibilidades incluem caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Esse indicador reflete a capacidade de a entidade liquidar suas obrigações financeiras com os recursos disponíveis e constitui medida relevante para a avaliação da estrutura de capital e da liquidez.

b) Composição da dívida líquida em 30 de setembro de 2025

Descrição	30/09/2025
Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo)	247.775
Caixa e equivalentes de caixa	(812.476)
Dívida Líquida	(564.701)

c) Análise

Em 30 de setembro de 2025, a APPA apresentava dívida líquida negativa de R\$ 564,701 mil, indicando posição de caixa líquida positiva. Esse resultado decorre, principalmente, do recebimento das outorgas fixas de arrendamento portuário ocorridas no exercício de 2025, que elevaram significativamente o saldo de disponibilidades, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 – Receita Diferida.

Dessa forma, a entidade encerra o período com capacidade de solvência plena e baixo grau de endividamento financeiro, mantendo sólida posição de liquidez para honrar compromissos de curto e longo prazo e financiar investimentos futuros no porto.

17. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:

- **Risco Possível:**
Valor: 1.528
Quantidade de Processos: 21
- **Risco Provável:**
Valor Provisionado: 68.939
Quantidade de Processos: 191
- **Precatórios Expedidos:**
Valor Provisionado: 29.438
Quantidade de Processos: 32

Esfera Cível:

- **Risco Possível:**
Valor Estimado: 782.489
Quantidade de Processos: 2004
- **Risco Provável:**
Valor Provisionado: R\$ 106.290
Quantidade de Processos: 17

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 204,667 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Provisões totais por grau de risco provável	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	68.939	54.566
Cíveis	106.290	110.837
Precatórios (i)	29.438	29.437
Total	204.667	194.840

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

18. Receita diferida

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA celebrou, a partir de 2025, contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias com empresas privadas, mediante pagamento de outorgas fixas referentes ao direito de exploração de terminais.

Essas outorgas representam contraprestações financeiras pela cessão onerosa de uso das áreas portuárias, e são regidas pelos contratos firmados conforme os editais e autorizações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Ministério de Portos e Aeroportos.

a) Reconhecimento de receita

Em conformidade com o CPC 47 / ICPC 01 (R1), os valores recebidos a título de outorga são inicialmente reconhecidos no passivo como Receita Diferida, sendo apropriados ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, que se estende até o exercício de 2060.

A apropriação é realizada de acordo com o princípio da competência, à medida que ocorre a prestação do serviço e o direito de uso é usufruído pelos arrendatários, o que até o momento da emissão destas Demonstrações Contábeis não ocorreu.

b) Valores contratados e recebidos

O valor total contratado de outorgas fixas é de R\$ 855.000.000, com recebimentos previstos até o exercício de 2030. Em 2025, foram recebidos R\$ 213.750.000, conforme demonstrado a seguir:

Arrendatário	Outorga total	30/09/2025
Cargill	411.000	102.750
BTG Sertrading	225.000	56.250
Consórcio ALDC	219.000	54.750
	855.000	213.750
Circulante		6.107
Não circulante		207.643

c) Cronograma de recebimento das outorgas

O cronograma de recebimento das parcelas futuras está apresentado a seguir:

Ano	Valor
2026	128.250
2027	128.250
2028	128.250
2029	128.250
2030	128.250
	641.250

19. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 30 de setembro de 2025 foi um lucro de 223,459 milhões de reais e para o exercício findo em 30 de setembro de 2024 a Companhia registrou um lucro contábil de 119.228 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados. Gerencialmente além das Demonstrações Contábeis, o EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 215.551 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 235.301 milhões.

	30/09/2025	31/12/2024
EBITDA	215.551	125.468
EBITDA Ajustado	235.301	162.060
Margem EBITDA	41%	21%
Margem EBITDA Ajustado	45%	28%

c) Reserva de lucros

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 30 de setembro de 2025 é de R\$ 279.279 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrado um lucro de R\$ 40.550.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

20. Receita operacional

	01/07/2025 a 30/09/2025	Semestre findo em 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Semestre findo em 30/09/2024
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	75.193	201.993	63.177	185.721
Infraestrutura de Acostagem	6.382	17.932	5.300	14.501
Infraestrutura Operacional Terrestre	37.372	101.162	27.573	82.978
Receitas de Armazenagem	1.141	2.191	309	1.474
Receitas por Utilização de Equipamentos	13.858	33.984	10.437	30.632
Diversos Padronizados	1.569	5.946	1.556	5.014
Contratos de Arrendamento	70.018	178.465	51.316	156.407
Receitas Complementares	3.063	9.367	3.236	9.291
	208.596	551.040	162.904	486.018
(-) Deduções da receita	(11.667)	(31.447)	(9.202)	(27.764)
Receita operacional líquida	196.929	519.593	153.702	458.254

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

21. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos, da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	01/07/2025 a 30/09/2025	Semestre findo em 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Semestre findo em 30/09/2024
Custos da Infraestrutura Marítima	(51.785)	(121.802)	(7.811)	(75.577)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(223)	(330)	(6.661)	(23.322)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(2.410)	(8.136)	(7.357)	(15.923)
Custos Diversos Padronizados	(352)	(2.171)	(397)	(1.205)
Custos Indiretos	(44.947)	(137.988)	(32.536)	(85.957)
Total	(99.717)	(270.427)	(54.762)	(201.984)

Elaborado conforme CPC 26 (R1) e demais pronunciamentos contábeis aplicáveis, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas IFRS.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30/09/2025

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***22. Despesas gerais e administrativas**

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	01/07/2025 a 30/09/2025	Semestre findo em 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Semestre findo em 30/09/2024
Despesas com Pessoal Administrativas	(16.267)	(46.366)	(12.417)	(54.128)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(1.395)	(3.492)	(17.022)	(53.233)
Despesas Gerais	(6.662)	(17.297)	(2.451)	(14.157)
Depreciação	(10.950)	(33.250)	(11.574)	(35.021)
Amortização	(134)	(401)	(22)	(49)
Total	(35.408)	(100.806)	(43.486)	(156.588)

23. Outros resultados operacionais

	01/07/2025 a 30/09/2025	Semestre findo em 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Semestre findo em 30/09/2024
Outras receitas				
Receitas Não Operacionais	14.479	55.372	107	2.779
	14.479	55.372	107	2.779
Outras despesas				
Despesas Tributárias	(361)	(3.080)	(2.576)	(5.604)
Custas Judiciais	(55)	(92)	(9)	(24)
Ações Trabalhistas	(9.085)	(14.532)	-	(443)
Ações Cíveis	(52)	(1.696)	(239)	(1.184)
Ações Administrativa	66	-	-	(21)
Outras	(2.219)	(2.432)	(493)	(563)
	(11.706)	(21.832)	(3.317)	(7.839)
Total de outras receitas e despesas	2.773	33.540	(3.210)	(5.060)

24. Resultado financeiro líquido

	01/07/2025 a 30/09/2025	Semestre findo em 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Semestre findo em 30/09/2024
Receita financeira				
Juros recebidos ou auferidos	2.603	3.154	63	4.986
Rendimento de aplicação financeira	28.550	69.667	16.480	41.314
Variações monetárias ativas	21	36	-	-
Outras receitas financeiras	-	-	1	3
	31.174	72.857	16.544	46.303
Despesa financeira				
Juros pagos	(4.032)	(6.831)	(8)	(8)
Outras despesas financeiras	(7)	(2.497)	(9.821)	(9.831)
	(4.039)	(9.328)	(9.829)	(9.839)
Resultado financeiro	27.135	63.529	6.715	36.464

25. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se

calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 30 de setembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2025</u>
Caixa e equivalente de caixa	812.476
Contas a receber	<u>26.153</u>
	<u>838.629</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político, que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

26. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

(i) Companhia Paranaense de Energia (Copel)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Até o exercício de 2023, a Copel era considerada parte relacionada por estar sob o controle comum do Estado do Paraná. Com a conclusão do processo de privatização da Companhia, efetivado em 2023, a Copel deixou de integrar o grupo de empresas sob controle estatal. Assim, a partir de 2023, a Portos do Paraná não mantém relação de parte relacionada com a Copel, limitando-se a contratos comerciais usuais de fornecimento de energia elétrica, em condições equivalentes às praticadas com outros consumidores. De forma que a partir deste semestre não relacionaremos as operações em comum.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	30/09/2025	31/12/2024
CONSAD - Conselho de Administração	50.315,68	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	12.578,94	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	9.434,19	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	18.868,38	17.959,62
	91.197,19	86.804,84

Quantidade de membros

	30/09/2025	31/12/2024
CONSAD - Conselho de Administração	9	8
CONFISC - Conselho Fiscal (i)	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	21	20

(i) O conselho fiscal possui 1 suplente a cada 3 membros titulares

27. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens próprios e bens da União sob guarda da Companhia.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. Esta apólice está em fase de cotação para futura abertura de licitação.

No entanto, como já havíamos publicado nas Demonstrações anteriores (12.2024), o mercado segurador se encontra retraído com a redução do número de seguradoras e resseguradoras que atuam no mercado portuário, sendo este um problema de âmbito nacional. Por isto, desde setembro de 2024, data da vigência da última apólice, há tentativas de contratação de novas apólices conforme quadro a seguir:

Período	Processo	Status
Fevereiro de 2024	Licitação 1000000006	Deserta
Fevereiro de 2024	Contratação emergencial Liberty	6 meses
Agosto de 2024	Licitação 1000000010	Deserta
Setembro de 2024	Fim vigência Liberty	
Fevereiro de 2025	Licitação 1000000190	Em fase de cotação

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2025 até 27 de janeiro de 2026.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30/09/2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Riscos operacionais	-	-
Responsabilidade civil	10.000	10.000

28. Eventos subsequentes

Concessão do Canal de Acesso (outubro/2025)

Em 22 de outubro de 2025, a União, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ, realizou o leilão de concessão do Canal de Acesso aos Portos de Paranaguá e Antonina, processo de competência federal, mas que impacta diretamente a Portos do Paraná, na condição de autoridade portuária local.

O contrato prevê investimentos em manutenção, dragagem e sinalização náutica, além da cobrança de tarifas pela nova concessionária. Embora a operação e a gestão continuem articuladas com a Autoridade Portuária, a arrecadação e os custos de manutenção do canal deixarão de integrar as receitas e despesas diretas da Companhia. Trata-se de evento subsequente não ajustável, divulgado por seu caráter relevante para o ambiente operacional e econômico futuro da entidade, sem reflexos sobre as demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2025.

Paranaguá, na data da assinatura eletrônica.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

- x - -